



Estado de Mato Grosso do Sul
Câmara Municipal de Rio Brilhante
Casa de Leis Plínio Barbosa Martins
"A Pequena Cativante"

LEI N° 2.393, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024.

Dispõe sobre a Concessão de Direito Real de Uso onerosa de um lote de propriedade do Município de Rio Brilhante - MS à empresa Edison Benevides de Carvalho, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Rio Brilhante, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo municipal autorizado a realizar a Concessão de Direito Real de Uso onerosa à empresa Edison Benevides de Carvalho, pessoa jurídica inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 34.296.890/0001-42, com sede sito a Rua Carlos Barbosa Martins, 2149, Rio Brilhante/MS, CEP 79.130-000, de um lote de terreno urbano assim descrito:

- um lote de terreno urbano de formato irregular determinado pelo nº 02E da Quadra 35, situado no lado par da Rua Francisco de Souza Arte a 103,50 m da esquina da Rua Dorvalino Gomes, com área total de 1.500 m², sem benfeitorias, Parque Industrial Laucídio Coelho, neste Município e Comarca de Rio Brilhante, sem benfeitorias, matriculado sob nº 20.813, de propriedade do Município de Rio Brilhante, avaliado em R\$ 282.660,00 (duzentos e oitenta e dois mil, seiscentos e sessenta reais).

Art. 2º A concessão de uso de que trata o art. 1º desta lei tem a finalidade específica de que o beneficiário implante sua empresa de serviços de manutenção e reparação elétrica e mecânica de veículos automotores, e terá duração de dois anos.

Parágrafo único. O concessionário deverá iniciar suas atividades ajustadas ao projeto no prazo de noventa dias a contar da assinatura do instrumento, sob pena de extinção do contrato de concessão, nos termos do art. 22 e seus parágrafos, da Lei Complementar nº 2.240, de 4 de janeiro de 2023.

Art. 3º A concessão de uso será feita sob a condição resolutiva de que o beneficiário implante e construa no terreno no prazo de dois anos, a contar da data da assinatura do instrumento de concessão, após este prazo, cumpridos os encargos, a concessão poderá ser convertida em doação da referida área por meio de escritura pública de doação.

Parágrafo único. Após cumprimento do encargo ou findo o prazo de dois anos, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS, irá realizar a análise de conversão da Concessão de Direito Real de Uso para Doação, momento em que deverá a empresa beneficiária realizar a juntada dos documentos exigidos no art. 28 da Lei Complementar nº 2.240, de 4 de janeiro de 2023, e será novamente enviado projeto de lei ao legislativo para autorização ou não da doação.



Estado de Mato Grosso do Sul
Câmara Municipal de Rio Brilhante
Casa de Leis Plínio Barbosa Martins
"A Pequena Cativante"

Art. 4º Fica a empresa beneficiária condicionada a cumprir o encargo de destinar o valor de 10% (dez por cento) do benefício recebido, ao Fundo de Desenvolvimento Municipal ou, alternativamente, realizar a prestação de serviços de sua empresa à municipalidade, desde que seja de interesse público.

§ 1º O encargo previsto no **caput** deste artigo correspondente a destinação de 10% (dez por cento) do valor, será calculado com base no valor da avaliação do bem objeto da presente concessão, devendo ser contabilizado na rubrica orçamentária Desenvolvimento Agrário do Município de Rio Brilhante - MS, a ser cumprido nos primeiros doze meses, a contar da publicação da presente lei.

§ 2º Caso opte pelo cumprimento de encargo por meio de prestação de serviços deverá protocolar sua pretensão junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, que analisará, com base no interesse público do município, sendo que o serviço deverá ser executado diretamente pela empresa e no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor da avaliação do bem objeto da presente doação.

Art. 5º O concessionário ficará responsável por todas as despesas decorrentes da presente concessão, sendo que as benfeitorias implantadas não serão indenizadas pelo município, seja a que título for, e deverão ser removidas em caso de desativação da empresa ou caso não se efetive a venda ou doação do lote, sem ônus para a municipalidade.

Art. 6º Caso o concessionário não utilizar o imóvel, desviar a finalidade contratual ou não cumprir o disposto no art. 3º desta lei no prazo de dois anos, o imóvel retornará ao município concedente e será rescindido o contrato de Concessão de Direito Real de Uso.

Art. 7º Fica reconhecido o relevante interesse público na presente Concessão de Direito Real de Uso, visando o fomento das atividades econômicas locais, geração de emprego e renda, e na arrecadação de impostos advindos da atividade desenvolvida pela empresa.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Brilhante – MS, 23 de dezembro de 2024.

LUCAS CENTENARO FORONI
Prefeito Municipal